



Os Cursos de Teoria da Comunicação à Luz do Jornalismo: obstáculos e impropriedades ¹

Luiz C. Martino ²
Universidade de Brasília

Resumo

O presente trabalho procura apresentar e discutir o curso de teorias da comunicação, seu papel na formação do jornalista a partir de dois posicionamentos ou duas concepções do jornalismo. A concepção técnica e a concepção intelectual, as diferentes idéias de teoria subjacentes a estas duas concepções.

Palavras-chave: teoria; epistemologia; jornalismo.

Historicamente, os cursos de Teorias da Comunicação foram uma reivindicação dos jornalistas, que viram neles um fator importante para a própria estruturação da profissão (EMERY, 1965). Desde o primeiro momento que os jornalistas se reuniram para discutir os princípios básicos de sua formação, fazendo o levantamento do que seria necessário para o aprimoramento de suas atividades profissionais, eles tiveram bastante clara a idéia de que um curso de teoria seria imprescindível e deveria constar como um dos princípios básicos de sua formação. Na realidade eles procuravam corresponder da melhor forma possível à responsabilidade que se apresentava à medida mesmo em que ia aparecendo e se firmando a importância da profissão na sociedade moderna.

A questão da teoria emerge praticamente junto com a reflexão sobre o campo, contudo, os cursos nos quais são ministradas têm apresentado conteúdos muito diversificados, que vão desde o estudo da história da arte, da pesquisa científica até conhecimentos estritamente técnicos, ou profissionalizantes, como aqueles feitos pelas primeiras iniciativas de implementação de cursos de jornalismo. Nos anos 60 vimos o aparecimento de uma tendência a ministrar uma formação científica, num sentido

¹ Trabalho apresentado ao NP 01 – Teorias da Comunicação, do XXVIII Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom

² Professor Adjunto da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília. Doutor em sociologia pela Sorbonne Paris -V. Mestre em comunicação pela ECO-UFRJ. Email: martino@unb.br.



amplo e frouxo, normalmente sob o nome de “introdução à comunicação” ou de “fundamentos da comunicação”. Os livros de Aranguren e de Adisa Sá e Alii³ nos servem de exemplo. De forma muito significativa, este último se reparte em: fundamentos biológicos, psicológicos, antropológicos... da comunicação. Na verdade trata-se de um pesado aparato conceitual, oriundo das mais diversas disciplinas, consideradas as mais importantes, para a compreensão e análise dos fenômenos comunicacionais. Também nesta mesma década, teorias da comunicação da comunicação, particularmente na América Latina, foi sinônimo de resistência ao regime político. Era praticamente a Escola de Frankfurt, por vezes instrumentalizada pela semiologia estrutural francesa e voltada para a militância política. Seu objetivo último seria como enfrentar a industrialização da cultura, como resistir aos meios de comunicação, sempre identificados com o poderio econômico norte-americano, ou com a ideologia liberal. O discurso teórico variava entre o humanismo e o marxismo, ou mesmo os dois juntos e se caracterizava como uma tentativa de enfrentar a situação político-econômica daquela época.

Com a evolução do cenário sócio-político, o desenvolvimento da teoria da comunicação ganhou outras características e passa a buscar alternativas ao posicionamento de denúncia e de militância; ela vai se afastando dessa perspectiva e busca soluções em filosofias como a da pós-modernidade, ou mesmo em uma renovação do pensamento da esquerda, como os estudos culturais, enfim, vai criando uma abertura que novamente dissolve os estudos de teorias da comunicação em uma grande diversidade de abordagens. Uma diversidade, aliás, que sempre esteve presente, mas que não cessará de aumentar, visto o descompasso que se estabelece entre o desenvolvimento institucional e o teórico.

Em poucas décadas vemos se multiplicar as escolas, os sindicatos, os periódicos especializados, as associações de pesquisadores... sem que, no entanto, a reflexão sobre a área de comunicação, seu campo teórico e sua especificidade epistemológica como área de estudo, pudesse acompanhar as incontestáveis conquistas institucionais. Privado de uma reflexão sobre a especificidade da área, o pensamento comunicacional irá se desdobrar em múltiplas frentes de análise e mobilizar os mais diversos recursos teóricos, requisitados de praticamente todas as áreas do conhecimento.

³ Aranguren, J.L. [1967] – *Comunicação Humana: uma sociologia da informação*. Zahar/Edusp, 1975.
Sá, Adísia (e outros) – *Fundamentos Científicos da Comunicação*. Vozes. Petrópolis, 1973.



O embotamento da dimensão epistemológica explica facilmente, então, a incrível diversidade teórica que irá se instalar, fazendo com que os cursos de teorias da comunicação apresentem uma forte variação de conteúdos temáticos e de teorias. Tal variação expõe uma evidente inconsistência teórica, que, no entanto, em nenhum momento se colocou como obstáculo ou objeção, pois a justificativa da existência dos cursos teóricos nunca foi exatamente um problema epistemológico – tanto é que, indiferente à inconsistência de seus conteúdos, sua pertinência nos currículos de jornalismo jamais foi questionada. Na verdade, os cursos teóricos serviram, e ainda se mostram muito úteis, para justificar a própria presença cursos de jornalismo na universidade.

Contudo a importância das disciplinas teóricas está ligada a um problema mais profundo, que é a definição do estatuto do jornalismo, ou seja, a determinação da natureza do conhecimento que gera ou no qual se apóia: ele seria uma ciência, uma arte ou simplesmente uma prática ligada à circulação da informação? Não seria o jornalismo um curso estritamente técnico?

A preocupação de não fazer do jornalismo um curso técnico é normalmente uma preocupação ideológica, de enobrecer o jornalista e valorizar a profissão. Porque do lado acadêmico nunca foi buscada, ou pouco foi buscada, uma opção oposta ao tecnicismo, que seria a de fortalecer seu vínculo com a academia.

Lançando mão de um certo esquematismo, podemos discernir duas teses básicas sobre o jornalismo, duas posições que poderiam organizar as opiniões a seu respeito: primeiramente, a idéia que o jornalista é apenas um técnico, alguém formado dentro da redação e que somente os anos de profissão podem trazer a capacitação necessária. Desta perspectiva, um curso de jornalismo, a própria atividade pedagógica ligada à preparação dos futuros profissionais, seria apenas uma maneira de abreviar este tempo de formação. Vemos que o jornalismo é aqui pensado inteiramente do lado da prática, ele é uma atividade eminentemente técnica, quer dizer, o ensino de jornalismo na universidade seria apenas uma forma de encurtar este período de aprendizagem de habilidades técnicas, pois o conteúdo e a natureza deste saber seria a prática. A experiência profissional não apenas pode suprir inteiramente as necessidades da formação, mas contrasta e de certa maneira se opõe ao plano teórico.

Voltaremos a esta questão mais à frente. Por hora é preciso marcar bem que a visão tecnicista, que certamente predomina em nossos cursos de jornalismo, nos traz um problema muito delicado, que é o de como justificar o jornalismo dentro do âmbito



universitário, já que ele praticamente não expressa um conhecimento próprio, ou mesmo não demanda um conhecimento mais profundo para o seu exercício. Daí surge o conhecido debate em torno do diploma – seria ou não necessário o diploma?.

Mas também há uma outra idéia de jornalismo, segundo a qual o jornalismo nasce com a própria emergência dos intelectuais. Na sua origem no século XIX o jornalismo não contava com profissionais formados e os próprios jornais tinham uma característica muito diferente daqueles de nossos dias, a qual se consolida somente após a I Grande Guerra Mundial (SODRÉ, 1983). Era um jornalismo ligado a causas políticas ou sociais, como por exemplo, as guerras de independência, a abolição da escravatura ou a instauração da República. Personagens importantes, como Jefferson, Balzac, Zola, Karl Marx, Machado de Assis, entre outros, foram chamados de jornalistas, no tempo em que os jornais ainda não eram empresas comerciais e se confundiam com as causas políticas e a literatura (principalmente a crônica e o romance). Por certo que a organização social do século XX irá exigir outras funções dos jornais, alterando suas características, mas não ao ponto de uma total ruptura com o aspecto intelectual. O jornalista, segundo esta visão, é parte integrante do campo intelectual, que, aliás, emerge junto com a possibilidade trazida pelo desenvolvimento desse meio de comunicação. A imprensa imprime um ritmo e uma amplitude à circulação de informações em uma escala que ultrapassa a das comunidades locais (grupos, vizinhança, associações de interesse, quadro profissional...); ela instaura assim as bases de um verdadeiro debate público, que somado às novas possibilidades de liberdade de expressão trazidas pela organização social emergente, proporciona condições inteiramente novas do ponto de vista do alcance, da circulação e do debate de idéias.

É preciso ter bem claro que um intelectual não é um teórico; o intelectual não é alguém que fala com a autoridade ou em nome de uma determinada área de conhecimento, mas alguém que tendo tido contado com a ciência, com uma experiência particular ou com uma erudição em geral, vem discutir os assuntos da atualidade, isto é, assuntos que, num determinado lapso de tempo, numa determinada conjuntura, se tornam relevantes para a sociedade como um todo. Não se trata, pois, de um assunto reservado e tratado por um especialista, mas de uma ampla discussão com o conjunto da sociedade. Daí a razão de sua vinculação aos meios de comunicação. O intelectual é, então, alguém que toma um posicionamento em assuntos que não dizem respeito a nenhum campo particular do saber, diz respeito a problemas que tocam a sociedade em um dado momento e em seu todo. Por exemplo, a questão do aborto. Ela certamente



pode ser uma questão médica, mas também é fácil perceber que ultrapassa em muito os problemas médicos. É uma decisão política da sociedade, um posicionamento cultural frente à morte e ao uso do corpo e do direito do indivíduo dispor de sua própria vida. E por aí também temos a questão da eutanásia, dos transgênicos, do uso da energia nuclear e outros assuntos que extrapolam o âmbito de uma disciplina científica.

O campo intelectual nos remete, então, para o problema de uma dimensão pública, tecnicamente viabilizada pelos meios de comunicação, que aparecem, antes de mais nada, como organizadores de uma expressão da experiência social. Desta perspectiva, os meios de comunicação e o papel dos jornalistas ganham uma dimensão muito maior que aquela que a posição tecnicista lhes reserva. O jornalista passa a ser visto de uma outra maneira, pois ele não é simplesmente alguém que coloca os meios de comunicação para funcionar (e os meios não são simples veículo de ideologias), mas espaços organizadores da dinâmica social. Este papel estruturante atribuído à atividade dos jornalistas, tomados enquanto intelectuais, obviamente demanda uma formação muito maior do que aquela dada a um técnico, ainda que esta não seja incompatível com a do técnico.

Também é preciso ter em conta que, mesmo tomado como um intelectual, o jornalista é sim alguém que vai colocar os meios para funcionar, mas vai precisar mais do que um conhecimento técnico. Portanto, há uma dissimetria para a qual convém chamar a atenção, as duas idéias não precisam ser necessariamente opostas: se a concepção tecnicista tende a excluir a idéia de intelectual, a concepção do jornalista como intelectual, pelo contrário, necessita e pressupõe a formação técnica.

Estas duas concepções sobre o jornalismo vão levar a dois posicionamentos diferentes quanto à importância e a necessidade dos cursos de teorias da comunicação. Enquanto que a primeira vai nos levar a um curso de perfil não necessariamente acadêmico, cuja duração seria sensivelmente menor, pois um ano seria mais do que suficiente, para saber montar uma página web, operar uma câmera, saber falar num microfone, montar um jornal... Mas por outro lado, se a questão é mais do que isto, então teremos uma formação que pode passar pela filosofia, lingüística, sociologia... enfim, por conhecimentos diversos, mas também por conhecimentos específicos como uma comunicação *strictu sensu*, que leve a refletir sobre o peso e o papel dos meios de comunicação na sociedade; que se proponha a pensar a formação da cultura de massa, sua singularidade e daí a da comunicação de massa. Isto levaria a um estudo que aproximaria a comunicação, e conseqüentemente o jornalismo, da filosofia e das



ciências sociais (particularmente da história, pois muitos jornalistas acreditam que fazem uma história do presente).

Em resumo, temos dois posicionamentos. O posicionamento técnico, que tende a esvaziar o papel da teoria, claro, porque não teria muito sentido desenvolver uma tradição teórica para uma atividade que se vê intrinsecamente como uma ação prática na sociedade. Seu aprendizado, se é que é possível, só pode ser tributário da experiência, do exercício mesmo dessa atividade, insubstituível por qualquer discurso ou teoria, que sempre apareceria como demasiado artificial ou inadequada ao dinamismo da matéria com que lida. E, de outro lado, o posicionamento mais perto das ciências humanas, que faz do jornalista alguém próximo ou idêntico ao intelectual. A questão que se coloca, para esta perspectiva, é se não seria então o caso de fornecer ao aluno de comunicação uma cultura geral, recorrendo a disciplinas de outros cursos, de modo a tirar o máximo proveito do sistema de créditos, adotado pela maior parte de nossas universidades. Assim, paralelamente ao curso técnico, o aluno poderia usufruir de uma vasta gama de conhecimentos oferecidos nos mais diversos cursos universitários. Sem dúvida, o sistema de créditos tem a grande vantagem de permitir um ajuste da educação aos interesses e necessidades do aluno, conferindo a ele uma certa liberdade ou trânsito entre saberes diferentes, mas não podemos confundir esta liberdade (que normalmente é limitada pelo curso de ingresso, o qual permanece sendo o foco da formação e exige adaptações dos ensinamentos de outras disciplinas) com um alegre passeio pelos campos do conhecimento. Seria muito difícil, dentro do meio acadêmico, justificar o percurso do aluno como se fosse uma deriva aos caprichos do acaso, fruto de desejos impulsivos, súbitos, sem justificação alguma. Depois, se a formação do estudante de comunicação deve corresponder a um objetivo, quem faria o papel de orientador para conduzir as opções que necessariamente terá que fazer frente a enorme oferta de disciplinas que se abre a cada semestre? Seus professores da área técnica, que frequentemente ignoram e por vezes mesmo desprezam a parte de formação teórica? Ou deixaríamos isto para os professores de outras áreas, pouco interessados ou pouco preparados para os problemas específicos da comunicação?

Em todo caso, seria muito difícil admitir que a formação do estudante de comunicação pudesse equivaler a uma soma de cursos avulsos, mal costurados e dispersos. Porque, obviamente, não se trata de formar um erudito. Este ponto nos traz toda a discussão em torno da interdisciplinaridade, que tanto tenho combatido em



minhas publicações. Não que a interdisciplinaridade, em si mesma, seja uma coisa ruim (ainda que muito mal entendido ainda precisasse ser esclarecido), mas ela passa a ser ruim no momento em que pretende substituir a especificidade do saber comunicacional e começa a ser usada como uma desculpa para não se produzir ou mesmo não se reconhecer a possibilidade de um saber propriamente comunicacional. Aí ela gera problemas, porque deixamos de investir na teoria no seu sentido pleno, passamos a ser apenas importadores de teorias dos outros campos. Mas qual é o problema de sermos apenas importadores de teorias? Justamente este: passarmos a ser apenas eruditos, quer dizer, conhecemos muito, sabemos de muita coisa e de coisa alguma. Aliás, esta é uma das maneiras que os jornalistas gostam de se apresentar: como especialistas em generalidades, ou seja, conhecem muito e não sabe nada.

Pois bem, este quadro que acabamos de esboçar, ainda que bastante esquemático, é importante porque permite pensar o papel da teoria e do próprio jornalismo. Se do lado técnico o jornalista é o funcionário de jornal, para que formá-lo dentro da universidade? Não há sentido algum nisso, pois os próprios jornais podem fazer isto. Afinal, nada melhor do que o mercado para saber o que o mercado realmente necessita e quer. Agora, se o problema é produzir um profissional que tenha um sentido crítico (não exatamente no sentido da Escola de Frankfurt), alguém que conheça melhor as condições sócio-culturais subjacentes à sua profissão e sabe da importância disto, certamente a formação universitária lhe será menos inconveniente. Este profissional será mais exigente, também mais cuidadoso com sua intervenção, pois tem uma clara idéia da responsabilidade que lhe cabe. Não se contentando com qualquer resultado, ele vai procurar uma atuação mais apurada, quer dizer, não teremos um mero reproduzidor de notícias, um compilador de fatos; teremos um profissional que realmente atua, que corre atrás, questiona, cria e intervém no sentido de gerar questões interessantes e informações pertinentes.

Portanto, dois perfis bem diferentes do jornalismo, se impõem: o do funcionário do jornal, que deve ser treinado a receber ordens e a trabalhar com uma objetividade que sabemos que não existe; e o do intelectual, mais propenso a intervir e a sondar a realidade, a partir de uma reflexão prévia.

Se para a primeira os cursos de teorias da comunicação são simplesmente impertinentes, para o segundo a teoria tem assumido a forma de uma generalidade extrema. De qualquer jeito, a dimensão teórica se perde, seja porque o técnico a



despreza; seja porque, da ótica intelectual, a teoria se dissolve em um oceano de conhecimentos gerais. Então, desprezados ou fora de foco, estes cursos aparecem como simples adornos, um lixo ou um luxo, segundo a ótica pela qual vemos nossos currículos universitários; em todo caso, seriam perfeitamente dispensáveis, sem prejuízo para a formação de nossos jornalistas que continuam a serem pensados como estritamente como técnicos ou como puros intelectuais esquecendo todo o contingenciamento do campo intelectual pela atividade mediática.

Mas como não poderia deixar de ser, a realidade é algo mais complicada que esta divisão. Porque nossos cursos, apesar de seguirem uma inspiração tecnicista muito clara, geralmente comportam cursos de teorias da comunicação que não se enquadram neste perfil, nem tampouco têm muita clareza da concepção intelectualista, confundindo-a com uma certa erudição.

A repercussão sobre os cursos de teoria é imediata, porque a posição tecnicista vai pedir à teoria o que ela não pode dar, ou seja, uma ajuda para resolver problemas práticos. Desta perspectiva o conteúdo dos cursos de teoria equivaleria ao de um manual de instrução, um conjunto de instruções diretamente aplicado à resolução de problemas práticos. Obviamente, esta não é esta a melhor maneira de considerar a teoria, pois não corresponde em nada ao que a teoria é. Ao contrário, antes de mais nada, a teoria é uma forma de ver as coisas. Trata-se de uma maneira de romper com nossa visão ordinária e nos afastarmos da realidade imediata. Por conseguinte, ela é uma tomada de distância a fim de modificar e não de resolver os problemas tal qual eles aparecem na dimensão da prática. De onde se entende o desapontamento que a visão tecnicista acaba tendo com os cursos de teorias, que não correspondem ao anseio de ver as dificuldades da profissão amparadas em um corpus de informações úteis, tais como a função “ajuda” proporcionada pelos programas de informática. Mas a teoria não é o “F1 do Windows”, ela não tem essa função de ajuda contextual. Na verdade a teoria produz um outro olhar, e não o olhar da prática agora resolvido.

Por outro lado, nossos cursos de teoria têm oferecido o que não interessa. Frequentemente eles se apresentam como um saber genérico, de pouca serventia porque estão muito longe das preocupações realmente mais pertinentes ao saber comunicacional.

Então por estas duas perspectivas os cursos de teorias da comunicação se tornam muito pouco adequados à formação do jornalista (e de outras habilitações), razão pela qual não encontram outra serventia que serem usados como justificativa para a inclusão



dos cursos de jornalismo no espaço universitário. De fato, sem eles, dificilmente poderíamos justificar a permanência das Escolas de Comunicação no âmbito universitário. Os cursos de teorias têm esta prerrogativa, esta influência, este respaldo, mas na realidade eles são perfeitamente dispensáveis. A verdade é que são altamente negligenciados, tanto na orientação tecnicista, como na orientação intelectual, que não sabem o que fazer com eles. Além disso, seria preciso não esquecer que, acima de tudo, mais do que uma justificativa, os cursos de teoria devem responder às necessidades de conhecimento. Deveriam trabalhar não apenas para a reprodução de um estado de coisas, mas no sentido de explicitar esses impasses e impropriedades, como um primeiro passo em direção à construção de um autêntico saber comunicacional.

Acredito que há uma forte correlação entre o desenvolvimento do saber comunicacional e a formação profissional. Formar o jornalista no sentido mais nobre, mais interessante do termo, necessariamente nos leva a reflexões mais profundas sobre as relações entre a pesquisa em comunicação e a atividade jornalística (bem como de outras habilitações); isto nos permitiria ter uma idéia mais clara de seu papel como intelectual, ao mesmo tempo em que evitaria dispersar o saber comunicacional no conjunto das ciências sociais, pois passaríamos a considerar seriamente a possibilidade de um conhecimento próprio, um saber autônomo, capaz de embasar estas reflexões.

A construção de tal conhecimento certamente não é tarefa das mais fáceis, mas tenho argumentado no sentido de que poderíamos ganhar muito se deixássemos de desperdiçar nossos esforços negando a possibilidade desse saber (o que deveria nos levar a realmente assumir todas as conseqüências desta posição), ou nos propondo a reinventar o conhecimento, atribuindo uma natureza completamente *sui generis* ao saber comunicacional (inconveniente da posição interdisciplinar). Isto nos levaria a trilhar o caminho aberto por outras ciências e constituir uma teoria da comunicação no sentido forte. Uma teoria que não repita, que não importe teoria de outros campos, mas que se volte para o problema de seu objeto: O que realmente estudamos? Qual a especificidade dos problemas que se colocam para nós? Por que é a partir de respostas a questionamentos como estes que poderemos encontrar o tipo de saber teórico subjacente à atividade jornalística. Claro, não como uma promessa de aplicação imediata e definitiva, mas como uma fonte de pesquisa e renovação de nossa compreensão sobre a comunicação e o jornalismo.



O leitor atento já terá antecipado nossa posição e terá claro que, para nós, saber comunicacional e jornalismo não são exatamente a mesma coisa. O jornalismo não é e possivelmente nunca será encarado como uma ciência. Neste sentido procede o cuidado da posição tecnicista, que mesmo ao preço de uma aversão total ao elemento teórico, se recusa uma visão negativa do jornalismo: comparado as ciências políticas, o jornalismo aparece como simples militância; se o tomarmos como história, ou “história do presente”, ele aparece como pouco sistemático e não sistematizável; se o considerarmos como uma visão da sociedade, o discurso jornalístico não passa de um grande painel da vida social, vago e episódico, caótico, superficial e demasiado rápido para fazer sentido, tal como somente uma “sociologia selvagem” poderia fornecer. Toda tentativa de aproximar o jornalismo das ciências sociais traz um certo desconforto, pois ele sempre aparece sob a forma da negatividade.

O jornalismo certamente comporta uma dimensão técnica, mas tem tudo a ganhar estando em contato com um saber comunicacional, tal como este também tira proveito desse contato, na medida mesmo em que alimenta boa parte do material de sua reflexão. Esta relação entre comunicação e jornalismo (e mesmo com as outras habilitações profissionais, já que não se trata de um caso isolado) relança o problema da epistemologia da comunicação. Ao contrário do que se poderia crer, esta parte de questões práticas, imediatas, mas procura resolve-las num plano mais profundo. Ela não se restringe a uma tomada de decisão sobre opções técnicas ou sobre as controvérsias curriculares. Tais questões pressupõem um plano anterior, que é o da epistemologia, onde se discute profundamente o que é comunicação.

Enfim, não tenho certeza de que o jornalismo deva se resumir a uma atividade puramente técnica, ainda que esta visão seja muito corrente em nossa área. O que sei é que o desenvolvimento de uma autêntica teoria da comunicação, que leve a sério a especificidade de um saber restrito e de natureza que permita aproxima-lo das ciências humanas proporciona um excelente campo para pensar o jornalismo como algo mais que a dimensão puramente técnica.



Referências bibliográficas

EMERY, E. – *História da Imprensa nos Estados Unidos*. Traduzido de *The Press and America*, Prentice-Hall – Englewood Cliffs-N.J. 1954-1962. Tradução de E. Alckimin Cunha. Editora Livador. Rio de Janeiro, 1965.

SODRÉ, Nelson Werneck – *História da Imprensa no Brasil*. Martins Fontes. São Paulo, 1983, 3ª edição.